

Paradigmas em psicanálise: uma proposta

Renato Mezan

Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Professor titular da PUC-SP

E-mail: rmezan@uol.com.br

Resumo: O texto discute algumas concepções atuais do que são “paradigmas” em psicanálise. Seguindo uma sugestão de Greenberg e Mitchell, a proposta do autor consiste em localizá-los num nível elevado de abstração da teoria analítica, a saber, as escolhas metapsicológicas quanto aos elementos fundamentais que constituem a vida psíquica. Nessa perspectiva, três paradigmas se destacam: o pulsional, o relacional e o subjetal.

Palavras-chave: teoria psicanalítica; epistemologia da psicanálise; paradigmas; teoria pulsional; teoria das relações de objeto; Lacan; sujeito.

Abstract: The author discusses some current conceptions of paradigms in Psychoanalysis. His proposal, following Greenberg and Mitchell's suggestion, consists in locate them at a very high level of abstraction, namely the basic metapsychologic assumptions concerning the “building blocks” of psychic life. In this perspective, three paradigms stand clearly out: the drive paradigm, the relational paradigm and the subject paradigm.

Keywords: psychoanalytic theory; epistemology of Psychoanalysis; paradigms; drive theory; object relations theory; Lacan; subject.

Num belo artigo intitulado “Em toda a parte e em nenhuma”, Merleau-Ponty lembra que, para Hegel, “a história da filosofia é toda no presente”. As grandes filosofias são “indestrutíveis”, não por terem visto de maneira confusa e parcial aquilo que o Sistema de todas elas deveria

poder restituir integral e claramente, mas antes “por terem implantado marcos – a reminiscência, as “idéias” de Platão, a *physis* de Aristóteles, o *malin génie* de Descartes – pelos quais a posteridade nunca poderia deixar de passar” (Merleau-Ponty 1962, p. 192).

Para a discussão deste texto, a idéia merleau-pontyana dos *marcos* se revela preciosa. Trata-se de noções que, uma vez introduzidas, não podem mais ser ignoradas pelos que pensam depois, ainda que se proponham a dispensá-las: equivalentes da reminiscência platônica, do *cogito* cartesiano ou do transcendental de Kant são, para a psicanálise, conceitos como inconsciente, sexualidade, defesa, transferência (todos criações de Freud), história da libido (Abraham), resto não-analisado do analista (Ferenczi), posição (Melanie Klein), fase do espelho (Lacan), *self* (Winnicott, Kohut) e outros mais.

A noção de “marcos” na história da psicanálise é retomada por dois autores argentinos, Norberto e Celia Bleichmar, na introdução do livro *A psicanálise depois de Freud* (Bleichmar e Bleichmar 1992, pp. 15 e ss.). Ali ela comparece com o nome de “idéias significativas que vão se incorporando ao corpo teórico da psicanálise”; significativas porque transcendem o contexto imediato no qual surgiram para se tornar patrimônio comum de todos os que estudam e praticam a psicanálise. É impossível negar que a psicanálise progrediu desde Freud – quer se o tome no início, quer no fim. Concordo com os Bleichmars quando escrevem:

[...] é evidente o progresso da psicanálise nos últimos anos. A partir das bases estabelecidas por Freud [...], a teoria psicanalítica seguiu seu desenvolvimento, focalizando novos problemas, com mudanças e descobertas constantes. Foram criados outros modelos da mente e da relação de objeto, da fantasia inconsciente e do desenvolvimento psicológico. Ampliou-se o espectro de pacientes acessíveis ao método psicanalítico (psicóticos, limítrofes) e dos fenômenos que são abordados (problemas caracterológicos, estruturas narcisistas etc.). (Ibid., p. 17)

A questão é que esses progressos resultaram na torre de Babel com que se defronta o estudioso contemporâneo, porque a teoria cresceu

por *aposição* (termo que empresto dos Bleichmars) de trabalhos e doutrinas de uma grande quantidade de autores. Como eles observam, tais autores têm uma concepção particular sobre quase todos os problemas. Daí, justamente, a necessidade de compreender como e por que se deu esse crescimento.

Uma consulta a alguns livros que se ocuparam da mesma questão – além deste dos Bleichmars, o excelente *Relações de objeto na teoria psicanalítica*, de Greenberg e Mitchell (1983), e *The Politics of Psychoanalysis*, de Stephen Frosh (1987) – revela certa concordância sobre a estrutura geral da diáspora psicanalítica. Os critérios de construção do mapa variam, porém o resultado é aproximadamente o mesmo: um certo número, pequeno, de escolas psicanalíticas, denominadas segundo os autores que formularam seus princípios (Klein, Lacan) ou segundo o conceito fundamental da sua perspectiva (psicologia do ego, escola das relações de objeto). Esses parecem ser os grandes continentes do planeta psicanalítico, algo como a Europa, a América ou a África na escala da Terra. No interior desses continentes, fronteiras mais permeáveis ou menos separam o que seriam países: são os autores individuais, com suas especificidades no plano das problemáticas e no plano do estilo. Para dar um exemplo, no continente “relações de objeto”, teríamos Winnicott, Bálint, Fairbairn, etc.; no continente kleiniano, Bion e outros autores, predominantemente ingleses; no dos “franco-freudianos”, Piera Aulagnier, Jean Laplanche, Conrad Stein, André Green, e assim sucessivamente.

Por outro lado, o ponto de partida de todas essas classificações é sempre a obra de Freud. A estratégia das obras que se ocuparam da história da psicanálise é invariavelmente a mesma: mostrar como, da raiz freudiana, surgiram os ramos que constituem atualmente a árvore da psicanálise. O que varia é o modo como se organiza esta derivação: ela pode ser mais empírica ou mais categorial, por “categorial” entendendo um princípio epistemologicamente consistente segundo o qual se ordenam em algum tipo de gradiente as diversas escolas e tendências.

O livro dos Bleichmars oferece um bom exemplo da perspectiva “empírica”. Partindo da noção de “idéias significativas”, afirmam eles que as teorias de Freud sofreram uma evolução que se pode esquematizar sob três rubricas:

- 1) “algumas subsistem quase sem modificações, e são o ‘núcleo forte’ da disciplina”;
- 2) “outras foram reelaboradas. Produziu-se um deslizamento de sentido: embora conservem a terminologia inicial, seu significado profundo mudou ou, pelo menos, deslocou-se tanto que tem pouca relação com o original”;
- 3) “finalmente, há idéias que Freud valorizava em alto grau e que, atualmente, muitos analistas já não aceitam” (Bleichmar e Bleichmar 1992, pp. 23-4).

Descritivamente, essas afirmações estão corretas, mas, na verdade, qualquer herança teórica pode ser assim parcelada: uma parte sobrevive praticamente intacta, outra sofre modificações importantes, uma terceira é abandonada ou recusada pelos legatários. Ao fazer um inventário das contribuições kleinianas, Elizabeth Bott Spillius adota a mesma classificação, retomada por Elias e Elizabeth da Rocha Barros na admirável introdução que prepararam para o volume coletivo *Melanie Klein: evoluções*.¹ Tais repartições são úteis, porque permitem uma primeira orientação num campo cuja complexidade e cuja extensão desafiam qualquer intenção expositiva. Mas, a meu ver, é preciso ir além: a mera via cronológica não pode dar conta do caráter *sistemático* da dispersão, nem responder à questão de um estudo conceitual – *por que* certas teses de Freud permanecem quase idênticas ao que eram em sua formulação original, *por que* outras sofreram modificações radicais, *por que* outras ainda foram discretamente deixadas à “crítica roedora das ratazanas” ou ruidosamente contestadas?

¹ Barros 1989, p. 11; ali os autores se referem a um texto de Spillius (1989) incluído no volume em questão (“Algumas contribuições a partir do trabalho de Melanie Klein”), no qual, em suma, a autora faz o balanço do que envelheceu e do que continua atual na teoria e na técnica inauguradas por Klein.

Outra maneira de organizar a multiplicidade dos escritos psicanalíticos é a que adotam Greenberg e Mitchell. Seu ponto de partida merece ser citado *in extenso*:

Há um pressuposto comum a toda prática psicanalítica: este pressuposto é que, no relato que o paciente faz na sessão daquilo que lhe acontece, falta por definição alguma coisa [...]. Uma dimensão crucial de sentido, alguma parte da sua realidade, está ausente do relato que ele oferece de sua experiência. As teorias psicanalíticas provêm possibilidades interpretativas para preencher estas dimensões ausentes do relato do paciente sobre si mesmo. Cada teoria seleciona, da complexidade da vida, certos aspectos ou dimensões que se supõe estarem no centro das preocupações humanas, colorindo muitos aspectos aparentemente difusos e variegados da experiência do paciente. Esta dimensão proporcionaria o conteúdo para as interpretações, um reservatório de sentidos a partir dos quais se pode compreender o material clínico. Os conceitos básicos de cada teoria psicanalítica se tornam a trama e a urdidura com que se tece a complexa tapeçaria da experiência humana. (Greenberg e Mitchell 1983, p. 15)

A idéia desses autores consiste em organizar a diversidade empírica das escolas psicanalíticas utilizando a forma como cada uma conceitua essa dimensão básica, que impregna e molda tanto a personalidade quanto as ações e os sintomas dos seres humanos. Tal dimensão é o fulcro do funcionamento psíquico, o que, na psicanálise, equivale ao setor inconsciente da psique. O que Greenberg e Mitchell sugerem, portanto, é que a maneira como cada escola define no que consiste e como funciona o inconsciente deve ser o critério fundamental para distinguir umas das outras. Para caracterizar conceitualmente essa dimensão central, essa verdadeira essência da alma, propõem empregar o termo “paradigma”, sugerido por Thomas Kuhn. Os paradigmas seriam aquilo que, no interior da psicanálise, individualiza as diferentes tendências que atingiram, em sua conceptualização, a consistência, a coerência e a abrangência necessárias para que as consideremos como sistemas *per se*.

Num artigo publicado em 1988 no *International Journal of Psychoanalysis*, o psicanalista uruguaio Ricardo Bernardi procurou aplicar a

noção de paradigma às doutrinas psicanalíticas (Bernardi 1988). A sugestão de Bernardi é que existem pelo menos três paradigmas na psicanálise contemporânea: o freudiano, o kleiniano e o lacaniano. Para demonstrar sua tese, serve-se das análises do sonho do Homem dos Lobos realizadas por Freud, Klein e Serge Leclaire, mostrando que, sobre o mesmo material de base, as três divergem em pontos significativos. Isto porque os três autores não vêem o material do mesmo modo: Freud enfatiza o aspecto edipiano e castrador dos lobos, Klein a ameaça de devoração e Leclaire o significante *V*, cinco romano, associado à imagem dos animais.

Tive a oportunidade de estudar detalhadamente, num trabalho anterior (Mezan 1990), a argumentação de Bernardi, e ela me pareceu pouco convincente. Não porque esteja errada a idéia de que possam existir paradigmas na psicanálise, mas porque nesse artigo a demonstração da tese não é bem-sucedida. A meu ver, as hipóteses interpretativas de Freud e de Klein são menos “incomensuráveis” entre si do que afirma o autor – que se baseia exatamente na incomensurabilidade para considerar que se trata de *dois* paradigmas diferentes –, já que ambos atribuem importância decisiva, em seus respectivos estudos desse sonho, à sexualidade infantil, à angústia, às fantasias incestuosas do menino e a outros aspectos igualmente fundamentais. A divergência entre Freud e Klein permanece restrita a uma questão cujo nível de abrangência não me parece suficientemente amplo para que se possa falar em paradigmas incompatíveis: o peso relativo das fantasias de castração e de devoração para a constituição do sonho e da fobia infantil que se desencadeou a partir deste sonho. Quanto à análise de Serge Leclaire, que se inspira nas teses de Lacan, ela é estudada por Bernardi de forma demasiado superficial para que se possam justificar, a meu ver, suas conclusões sobre a incompatibilidade entre ela e as outras duas.

No estudo que fiz desse texto, meu ponto de vista era que, se existissem paradigmas na psicanálise, não seria no nível epistemológico no qual se situa Bernardi que eles poderiam ser diferenciados. Sugeriria, então, que se evitasse o uso do termo “paradigma”, já que as interpre-

tações de Freud, de Klein e de Lacan poderiam ser compreendidas de forma mais adequada a partir das matrizes clínicas com que trabalharam e que serviram de base para a formação de suas teorias. Essas matrizes clínicas seriam as neuroses de transferência para Freud, a neurose obsessiva infantil para Klein (na época em que retomou o sonho dos lobos, isto é, em *A psicanálise da criança*) e a paranóia para Lacan (na época do imaginário, isto é, entre 1935 e 1951).

Refletindo melhor, porém, percebo algumas dificuldades na proposta que fazia: a neurose obsessiva não é, justamente, uma das “neuroses de transferência”? Nesse caso, por que dizer que as matrizes clínicas de Freud e de Klein eram diferentes, quando, na verdade, a neurose obsessiva é uma espécie do gênero neuroses de transferência? Segundo: a paranóia é de fato a matriz clínica predominante na fase do imaginário, mas Leclaire utiliza em sua análise o conceito de significante, que provém da fase do simbólico; ora, se Lacan alterou seu referencial da primeira para a segunda fase de seu percurso, como dizer que uma análise que opera com o plano do simbólico toma por base a matriz clínica da fase anterior? Terceiro: “paradigma” é uma noção que serve para designar uma matriz *teórica*, que produz objetos de investigação, conceitos, hipóteses, teorias regionais, métodos, etc. O conceito de matriz *clínica* não parece ser da mesma família; seria mais adequado falar em paradigma “freudiano” ou “kleiniano” do que em paradigma “obsessivo” ou “melancólico”: é assim que o termo é usado em outras disciplinas – paradigma “newtoniano” na Física, paradigma “ptolomaico” em Astronomia, etc.

A leitura do livro de Greenberg e Mitchell, somada à crítica de meu próprio argumento para recusar a idéia dos paradigmas em psicanálise, sugeriu-me uma outra solução para o problema: situá-los num nível de abstração mais elevado do que aquele em que os discerne o autor uruguaio. Com efeito, continuo a pensar que as leituras do sonho dos lobos efetuadas pelos três autores que ele estuda não divergem o suficiente para que, *neste nível*, se possa falar em paradigmas incomensuráveis entre si, como o exige a conceituação kuhniana.

O que Freud, Klein e Leclaire fazem ao interpretar o sonho dos lobos situa-se no plano das “interpretações clínicas”, na escala sugerida por Robert Waelder para hierarquizar as teses e os conceitos da psicanálise. Essa hierarquia se baseia na distância entre os dados clínicos e a sua formulação teórica, distância crescente em cada um dos seis níveis propostos: dados da observação clínica, interpretações clínicas, construções para um caso singular, teoria clínica, metapsicologia, concepções filosóficas.² Nessa escala, as interpretações estudadas por Bernardi situam-se nos níveis 2 (interpretação clínica: os lobos significam isto ou aquilo) e 3 (teoria clínica: a fobia infantil se estrutura a partir de tais ou quais situações, às quais a criança responde com tais e quais mecanismos de defesa, etc.).

Voltemos a Greenberg e Mitchell. O que eles escrevem sobre a “dimensão central” da experiência – aquela que impregna o relato, mas se encontra ausente do seu conteúdo manifesto – parece-me corresponder ao que, na linguagem de Waelder, seria o sexto nível, o das concepções filosóficas. Em seu capítulo 1, esses autores citam uma passagem de Kuhn que nos interessa de perto. Falando dos modelos científicos que proporcionam um quadro básico de orientação e de crença, Kuhn afirma que eles servem como “objetos de compromisso metafísico” (compromisso aqui no sentido de engajamento, não no de solução intermediária numa negociação), e dá como exemplo desse *metaphysical commitment* a crença de que “todos os fenômenos perceptíveis se devem ao movimento e à interação no vácuo de átomos qualitativamente neutros”.³ A crença na existência e na eficácia do inconsciente, compartilhada por todos os psicanalistas, é um postulado da mesma ordem, que poderia ser explicitado numa proposição assim: “todos os atos psíquicos humanos comportam uma co-determinação inconsciente”.

Para Greenberg e Mitchell, as teorias psicanalíticas funcionam como modelos que refletem “compromissos metafísicos” porque se

² Cf. Waelder 1950. Cf. também Bergman e Hartmann 1990, capítulo 1, pp. 6-9.

³ Kuhn 1977, p. 298, citado por Greenberg e Mitchell 1983, p. 18.

baseiam em premissas axiomáticas a respeito de quatro questões fundamentais: a unidade básica de análise, a motivação, o desenvolvimento e a estrutura. A primeira questão é a mais fundamental: “quais são os tijolos básicos que constituem a experiência: impulsos? desejos? valores? objetivos? relações com os outros? escolhas? Do que são compostas as estruturas, os padrões, a ‘matéria’ da personalidade?” Uma vez delineada essa fundação genérica,

[...] é preciso considerar teoricamente três outras dimensões, mais específicas e que se sobrepõem umas às outras. [...] Tomadas em conjunto, as abordagens dessas questões no interior de cada área formam uma moldura genérica para gerar hipóteses clínicas e possibilidades de interpretação. (Greenberg e Mitchell 1983, p. 19)

Ora, essa “moldura genérica” é precisamente o que Kuhn denomina um paradigma. A rigor, a “primeira questão” formulada por esses autores corresponde à metapsicologia – do que é feita a psique, como se estrutura e como funciona. A questão da motivação pode ser incluída igualmente na metapsicologia, já que “desejo” é uma noção que faz parte dela. O “desenvolvimento” corresponde à segunda vertente do esquema que adoto, e a “estrutura” – *grosso modo* – ao que denominei “teoria psicopatológica”, se concordarmos em ver na estrutura algo acima e além da singularidade subjetiva de cada um – há *tipos* de estrutura psíquica, não somente indivíduos singulares. E, a meu ver, é necessário incluir num paradigma psicanalítico uma dimensão que corresponda à teoria do processo terapêutico, a qual será função – “interage com, toca em e depende de” – daquilo que se estabelecer como conteúdo para as três dimensões anteriores.

Colocadas as coisas dessa forma, Greenberg e Mitchell trabalham com a idéia de que, na psicanálise, existem dois paradigmas fundamentais: o *paradigma pulsional* e o *paradigma relacional*. Em síntese, consideram que, em suas sessões, o paciente fala basicamente de suas relações com outras pessoas, além de falar igualmente *para* e *com* uma outra pessoa – o analista. Conseqüentemente, a teoria psicanalítica precisa reservar um

lugar importante para aquilo a que, desde Freud, se chama o *objeto* – a representação psíquica daquilo ou daqueles a quem se dirigem os desejos, temores e fantasias de cada um de nós.

Ocorre que, quando Freud criou a psicanálise, a sua concepção do funcionamento psíquico enfatizava, essencialmente, o papel da energia: o trabalho da psique é concebido como uma sucessão de movimentos que geram, retêm ou descarregam tal energia. A preeminência é conferida ao *movimento* e *aquilo que se move* (a energia); *aquilo para o que tende* o movimento – o objeto – tem um papel secundário lógica, ontológica e cronologicamente. É dos *Três ensaios*, afinal, a afirmativa de que o objeto é o mais contingente dos fatores que constituem a pulsão. Para Freud, o homem é basicamente um ser de impulsos e de paixões elementares que buscam satisfação e descarga; o complexo sistema de investimentos, inibições e desvios dessa descarga é o funcionamento psíquico. Nos termos de Waelder, a idéia de que o ser humano é essencialmente movido a paixões corresponderia ao nível filosófico (nisto, aliás, Freud se aproxima de outros pensadores, como Hobbes, Schopenhauer e Nietzsche); sua tradução metapsicológica se dá através do conceito de pulsão. A sexualidade e a pulsão de morte são assim os *building blocks* incontornáveis do funcionamento humano.

Dessa posição de princípio decorrem as teses de Freud nos outros três domínios referidos pelos autores americanos: motivação, desenvolvimento e estrutura. Por exemplo, em termos de motivação, a *busca do prazer* e a *evitação do desprazer* seriam a tradução psicológica da tendência da pulsão à descarga, que metapsicologicamente é caracterizada como “princípio do prazer”. Toda e qualquer manifestação psíquica será, então, compreendida como resultado do interjogo das pulsões, do mais banal ato falho até o delírio mais florido. É por essa razão que se pode falar em “paradigma pulsional” para designar a perspectiva de Freud: paradigma porque o conceito de pulsão se situa num nível tal de abstração que pode organizar toda a pirâmide nocional da psicanálise;

pulsional porque é esse conceito (e não outro qualquer) que serve como *clef de voûte* de todo o sistema.

Na história do movimento psicanalítico, organiza-se desde a década de 1930 uma outra forma de compreender a vida psíquica, e que se caracteriza por recusar centralidade ao conceito de pulsão. Nessa perspectiva, a experiência humana não é moldada primordialmente pelo interjogo das pulsões, mas pela maneira como se organizam as primeiras relações do bebê com os outros seres humanos. Novamente, temos aqui um *metaphysical commitment*, um compromisso filosófico com certa idéia do homem: este é essencialmente um ser *de relação*, e relação prima sobre a satisfação cega das paixões. Não se trata de uma visão moral – a relação com o outro *deve* prevalecer sobre a satisfação egoísta dos impulsos –, mas de uma visão ontológica: a satisfação do que há de mais fundamental no ser humano se dá *no e pelo* relacionamento com os outros.

Aqui também os psicanalistas se vinculam a uma importante tradição da filosofia ocidental, cujos representantes são, por exemplo, Aristóteles (o homem é um animal social), Rousseau, Marx. A tradução metapsicológica desse princípio se configura no conceito de *relações objetais*, que, pelas mesmas razões que aduzi no caso da pulsão, pode ser considerado como o núcleo de um outro paradigma metapsicológico: Greenberg e Mitchell o denominam “paradigma relacional”. Neste, os *building blocks* da experiência não são as pulsões, mas as relações de objeto, consideradas como constituintes últimos da alma e aquilo em torno do que se organiza todo o funcionamento psíquico. Harry Sullivan, nos Estados Unidos, e Douglas Fairbairn, na Inglaterra, foram os primeiros a contestar radicalmente o paradigma pulsional; é de Fairbairn a célebre frase “a libido não busca prazer, busca objetos”. E, como convém a um paradigma alternativo, nessa perspectiva, as questões da motivação, do desenvolvimento e da estrutura recebem soluções diferentes do que no caso do paradigma pulsional.

Creio ser mais interessante reservar o termo “paradigma” para esse grau de abrangência e de abstração, ao invés de se falar, como sugere

Bernardi, em paradigmas kleiniano, freudiano e lacaniano. A vantagem dessa terminologia consiste, a meu ver, em poder incluir no mesmo paradigma diversos autores e mesmo diversas escolas, atentando mais para o parentesco das problemáticas do que para o nome dos autores. Em minha opinião, conviria denominar o segundo paradigma paradigma *objetal*, porque o termo “relações de objeto” vem sendo empregado para designar um grupo de teorias mais específico, o dos “independentes ingleses” (de Fairbairn a Guntrip e a Winnicott, passando por Bálint e outros).

Para fixar o vocabulário, designarei como *disciplina* a psicanálise em geral; dentro dessa disciplina, convivem ao menos dois, e talvez mais, *paradigmas* (o pulsional e o objetal): cada um deles oferece um quadro genérico de referência, prescrevendo e proscrevendo opções determinadas quanto ao conjunto dos problemas pertencentes à disciplina. No interior de cada paradigma, seria apropriado falar em *modelos*: o modelo freudiano, o modelo kleiniano, etc. Em suma: “paradigma” não designa a concepção específica de nenhum autor, mas uma *problemática*, que comporta diferentes possibilidades de modelização. Por fim, emprego o termo “teoria” para referir-me a construções regionais dentro de um modelo: teoria da angústia, teoria da libido, teoria da sexualidade feminina, etc.

Os livros escritos por autores de língua inglesa não costumam considerar a produção de outro grande centro da psicanálise contemporânea: a França. Nesse país constituiu-se a obra de Lacan, cuja originalidade não precisa ser, a esta altura, demonstrada. Uma questão que deveremos abordar a seu devido tempo é: a obra de Lacan define ou não um terceiro paradigma? Não se trata de distribuir prêmios de criatividade, mas de resolver uma questão propriamente epistemológica, que não admite respostas rápidas e indolores. Sem dúvida, Lacan considera a pulsão como um dos *quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (título do seu seminário XI, de 1964). Mas se trata da mesma pulsão que Freud conceituou? Não apenas isso: trata-se do mesmo solo conceitual? Ou estamos diante de um caso como os que, em sua classificação, os Bleichmars consideraram pertencer ao segundo tipo – idéias que, embora conservando o mesmo nome, mu-

daram tanto de conteúdo que já não se pode falar em uma *mesma* noção? Da mesma forma, Lacan concede ao “outro” um papel determinante na constituição do sujeito, mas esse outro não é um objeto no sentido da teoria das relações objetais, que ele, aliás, critica explícita e veementemente no seminário *A relação de objeto*. Poderíamos estar diante de um caso como aqueles que Greenberg e Mitchell estudam em seu livro sob o título de *mixed models*, mas, no momento, não estou convencido disso. A reelaboração lacaniana da psicanálise me parece demasiado extensa, demasiado radical em sua concepção e em suas conseqüências para que se possa reduzi-la a uma simples recombinação dos paradigmas pulsional e objetal.

Assim, considerarei, provisoriamente, que, com Lacan, estamos diante de um terceiro paradigma, sem dúvida a partir da problemática do real, muito provavelmente a partir da problemática do simbólico, e quase certamente *não* na época do imaginário. O que me leva a pensar assim é o fato de que os pressupostos filosóficos do lacanismo assentam-se sobre uma concepção própria da *alienação interna do sujeito*, como conseqüência da identificação especular e de sua inscrição na cultura. Poder-se-ia objetar que toda teoria do inconsciente, e, portanto toda psicanálise, afirma a alienação interna do sujeito; por conseguinte, tal elemento não bastaria para individualizar um terceiro paradigma. Se insisto na idéia, porém, é porque me parece evidente que o conteúdo dessa concepção em Lacan se enraíza numa linhagem filosófica específica – Hegel e depois Heidegger – e também porque me parece evidente que definir o inconsciente como “o discurso do Outro” é um gesto de fundação teórica que não pode ser deduzido nem do paradigma pulsional, nem do paradigma objetal. Por esse motivo, sugiro incluir na disciplina psicanálise um terceiro paradigma, ao qual chamarei “paradigma subjetal”, pensando no lugar eminente que nele ocupa o conceito de *sujeito* – que, aliás, não figura em nenhum dos outros dois.

Referências

- Barros, Elizabeth da Rocha e Barros, Elias da Rocha 1989: "Introdução". In: Barros e Barros (orgs.) 1989: *Melanie Klein: evoluções*. São Paulo, Escuta.
- Bergman, Martin e Hartmann, Frank 1990: *The Evolution of Psychoanalytic Technique*. 2. ed. New York, Columbia University Press.
- Bernardi, Ricardo 1988: "The role of paradigmatic determinants in psychoanalytic understanding". *International Journal of Psychoanalysis*, v. 70, pp. 341-55.
- Bleichmar, Norberto e Bleichmar, Celia 1992: *A psicanálise depois de Freud*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Frosh, Stephen 1987: *The Politics of Psychoanalysis*. Londres, MacMillan.
- Greenberg, Jay R. e Mitchell, Stephen A. 1983: *Object Relations in Psychoanalytic Theory*. Cambridge (MA), Harvard University Press. Tradução brasileira: *Relações de objeto na teoria psicanalítica*. Porto Alegre, Artes Médicas, 2001.
- Kuhn, Thomas 1977: *The Essential Tension*. Chicago, University of Chicago Press.
- Merleau-Ponty, Maurice 1962: "Em toda parte e em nenhuma". In: *Sinais*. Lisboa, Minotauro.
- Mezan, Renato 1990: "Existem paradigmas na psicanálise?" In: Mezan 2005.
- _____. 2005: *A sombra de Don Juan e outros ensaios*. 2. ed. São Paulo, Casa do Psicólogo.
- Spillius, Elizabeth Bott 1989: "Algumas contribuições a partir do trabalho de Melanie Klein". In: Barros e Barros (orgs.) 1989: *Melanie Klein: evoluções*. São Paulo, Escuta.
- Waelder, Robert 1950: "Psychoanalysis, Scientific Method and Philosophy". *Journal of the American Psychological Association*, v. 10, pp. 617-37.